**João Brigola\***

***A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina - o quadro cultural e o movimento das ideias*\*\***

**\*Universidade de Évora. Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi)**

 **\*\* Texto adaptado do livro *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, FCG/FCT, 2003**

A aceitarmos como adequado o modelo explicativo de Silva Dias sobre os movimentos de renovação mental da sociedade portuguesa de setecentos, alguns dos seus pressupostos conceptuais - utilmente aplicados ao campo da história da cultura - poderão ser igualmente validados na análise da evolução da ideia de *Museu*. De facto, os mais recentes e estimulantes estudos de museologia histórica têm unanimemente sublinhado a necessidade de se surpreender a essência histórica e teórica do Museu, menos na instituição considerada em si mesma (como se de realidade autónoma se tratasse), e mais no património de ideias, de considerações sobre a cultura e sobre o saber científico de uma época [[1]](#footnote-1).

Donde, parecer pertinente uma sondagem ao universo discursivo de alguns dos mais influentes autores modernos que, na primeira metade do século XVIII, travaram em nome do cosmopolitismo uma luta intensa contra o elemento sedentário da nação. Estes intelectuais, quase exclusivamente estrangeiros ou *estrangeirados*, confrontados com as resistências ideológicas e sociais do país oficial às mudanças mentais que se operavam por toda a Europa, conceberam propostas de reformas educativas que julgavam constituir a chave do edifício iluminista sonhado para Portugal [[2]](#footnote-2). No seu pensamento pedagógico as inquietações da ciência moderna ganham contornos bem perceptíveis nas formulações teóricas que elaboraram sobre os novos espaços científicos (Gabinete de Física; Laboratório de Química; Observatório Astronómico; Dispensário Farmacêutico; Teatro Anatómico) e museológicos (Gabinete de História Natural; Jardim Botânico), de configuração didáctica [[3]](#footnote-3).

O que com muita nitidez evidenciam estes textos é a génese pré-pombalina (ao menos em embrião teorético) de soluções pedagógico-científicas - com forte ressonância no universo museológico - adoptadas pela Coroa a partir da segunda metade do século, nomeadamente a introdução do ensino de história natural nos *curricula* universitários, de par com o estabelecimento dos competentes equipamentos museológicos, e o princípio do seu financiamento pelo erário público.

O primeiro exemplo a ilustrar é o do sábio judeu, Jacob de Castro Sarmento (1691-1762), refugiado em Inglaterra desde 1721, Sócio do Real Colégio dos Médicos, e da Sociedade Real, doutor pela Universidade de Aberdeen. Na sua obra *Materia medica. Physico-historico-mechanica. Reino mineral*, publicada em Londres em 1737, o médico português introduz no discurso científico referências a objectos da Natureza depositados em Museus (privados e institucionais), utilizando essa visibilidade como argumento de autoridade: "(....) O Elector de *Saxonia*, e prezente Rey de *Polonia*, guarda no seu *Musaeum*, huma pedra branca, semilhante a o Marmore, na qual se vé a Prata, á roda do pezo de quatro onças, sahindo como em gotas, do mesmo modo, que as gomas brotam das Arvores; e eu tenho muytas vezes visto, a mesma especie de pedra, donde tambem apparece, como gotteando, a Prata, no celebre *Musaeum* do Cavalheiro, e Baronet *Hans Sloane*, Prezidente do nosso Real Collegio dos Medicos, e tambem Prezidente de nossa Real Sociedade, Medico de S. Magestade *Britanica*, o mayor Virtuoso que conhece a *Europa*, e cujo *Musaeum* de raridades, naõ hà Principe, que o exceda, nella [[4]](#footnote-4)(....) No *Musaeum* da Real Sociedade de *Londres* temos hum pedaço de penhasco, donde, como em sua cama nativa, ou original Vea estam crescendo, ou sahindo Diamantes" [[5]](#footnote-5).

Identificamos no texto de Sarmento uma atitude intelectual seguramente nova para os hábitos da escrita e do pensamento nacionais: incorpora-se no aparato tradicional da alegação erudita a exibição física do objecto no Museu, para que assim se comprove a sua entidade gnoseológica[[6]](#footnote-6). Às palavras e à iconografia dos livros, amassados em bibliotecas (fonte tradicional do conhecimento), juntava-se agora a exposição cénica das espécies, inventariadas e reconstituídas, sem lacunas, na grande cadeia dos seres. Utilizar, pois, a visibilidade de um objecto integrado numa colecção como prova científica da sua existência e das suas propriedades naturais, tornar-se-ia rotina, a tal ponto que já não surpreende a ênfase colocada por um naturalista da geração seguinte - o Padre João de Loureiro (1710-1791) - ao invocá-lo como argumento decisivo. Neste texto, publicado pelas *Memorias* da Academia das Ciências de Lisboa, vai-se mesmo mais longe ao justificar-se a atitude de incredulidade total face à narrativa livresca de um fenómeno avulso da Natureza, não porque se creia numa impossibilidade ontológica, mas apenas porque não se encontra materialmente documentado no *Museu*: "Os Gabinetes dos curiosos, e amantes da Sciencia Nacional se achão hoje providos d'estas maravilhas, ou raridades que por taes se fazem estimaveis; mas que já se naõ pode duvidar, que saõ effeitos da Natureza. (….) Porém eu duvido muito de taõ memoravel sucesso [a suposta petrificação de uma tribo inteira de Tártaros e de todos os seus apetrechos materiais], naõ porque o tenha por impossivel; (….) mas como se pode crer, que se ache huma tal raridade nos dominios da Russia há mais de quatro Seculos, sem que ao menos parte d'ella se tenha conduzido para o Muséo de Petersburgo?" [[7]](#footnote-7).

A Jacob de Castro Sarmento cabe ainda uma intervenção demiúrgica na tentativa, lamentavelmente frustada, de influenciar duas instituições científicas lusitanas a estabelecerem um jardim botânico. Este episódio parece autorizar a ideia de uma interrupção, durante o reinado de D. João V, na tradição renascentista de criar e manter hortos com objectivos médicos e farmacológicos cuja criação em Portugal, segundo Sousa Viterbo, datava do segundo quartel do século XVI.

Durante a primeira metade de setecentos sabe-se que, pouco depois da fundação da Academia Real da História, a Royal Society por intermédio do seu sócio português se oferecia para ajudar a novel agremiação de Lisboa com todo o género de sementes e de plantas existentes no seu próprio jardim londrino, caso a Academia se dispusesse a criar um horto botânico. Reunidos em assembleia, os eruditos agradeceram polidamente mas, invocando incompatibilidade de tal iniciativa naturalista com os Estatutos, recusaram a oferta. Julgando obter melhor acolhimento junto da Faculdade de Medicina (que ele próprio frequentara) Jacob de Castro Sarmento dirigiu-se em 1731 ao Reitor da Universidade de Coimbra, Francisco Carneiro de Figueiroa, com a mesma proposta, desta vez acompanhada de um plano meticuloso para a edificação de um Jardim Botânico, justificando-o como um complemento didáctico imprescindível aos estudos médicos [[8]](#footnote-8). Apesar de ter tentado cativar os interlocutores coimbrãos com a oferta de um microscópio construído por Culpeper de Londres, para uso dos professores de medicina nas observações botânicas e anatómicas, não logrou obter melhor sorte [[9]](#footnote-9).

No ocaso do joanismo, a obra moderna e estrangeirada por excelência, o *Verdadeiro Método de Estudar* - com as suas polémicas e escandalosas propostas filosóficas e pedagógico-científicas - caiu em Portugal como uma bomba. Mas, aglutinou igualmente opiniões, deu resposta a anseios, conceitos e problemas já anteriormente sentidos, e produziu o choque psicológico das elites cultas, trazendo para a praça pública ideias e questões dantes confinadas ao murmúrio dos cenáculos ou à meia voz dos livros [[10]](#footnote-10). Também aqui, uma vez mais, é possível colher uma abordagem explícita à adopção do estudo das ciências da natureza e à construção de equipamentos didácticos e museológicos, quer em academias científicas, quer no ensino universitário da medicina. Para Luís António Verney (1713-1792), no entanto, o figurino institucional a perfilhar para a "utilidade da Republica" só poderia ser aquele em que o dinheiro e a protecção régias assegurassem a oficialização dos novos saberes, isto é, em que - a exemplo de outros governos europeus - fosse possível a consagração do novo paradigma das Luzes (o experimentalismo, o racionalismo e a aceitação do progresso como realidade primordial do espírito humano) conquistando-se o domínio político para os projectos de renovação da cultura portuguesa.[[11]](#footnote-11).

Cremos, por isso, ser hoje irrefutável a tese de que a renovação da cultura portuguesa setecentista não foi inteiramente devida à acção governativa do ministro josefino, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), datando mesmo de época anterior ao livro de Verney (1746). Pombal terá apenas acelerado e, em parte, envenenado um movimento que vinha de longe e que, na altura das suas primeiras reformas, se tornara já incoercível. O que significa igualmente que, apesar de o iluminismo ter nascido e crescido em polémica com o barroco, entre a cerebração das duas épocas não existe, contudo, aquele abismo ideológico sugerido, no passado, por alguns historiadores [[12]](#footnote-12).

A ascensão de Carvalho e Melo ao poder assinala, todavia, um novo contexto de recepção das ideias na sociedade portuguesa. Com a expulsão dos jesuítas (1759) e com o triunfo da concepção jusnaturalista do poder régio, consignada na *Lei da Boa Razão* (1769) - ruíram os obstáculos eclesiástico e político a um programa de absolutismo esclarecido. A Coroa abriu-se aos novos interesses económicos e sociais, e a penetração da ciência moderna, cuja pedra de toque foi a aproximação às ciências exactas e naturais, selou o compromisso entre intelectuais ilustrados e políticos absolutistas. Deste modo, obtida a colagem do domínio político aos novos paradigmas científicos, o obstáculo epistemológico, que impedira a 'oficialização' das Luzes, foi igualmente superado [[13]](#footnote-13). Assim, por exemplo, os Estatutos do Colégio dos Nobres, publicados em 1761, incluem programas e métodos científicos propostos por Ribeiro Sanches nas *Cartas sobre a educação da mocidade* [[14]](#footnote-14) e, com vista à sua leccionação, recrutam-se universitários italianos cujo papel na história das instituições científicas e museológicas setecentistas se revelará decisivo [[15]](#footnote-15). É nesta mesma década de sessenta que - pretextando-se a educação filosófica dos príncipes D. José e D. João - se dá início à construção do Museu de História Natural e se traça o Jardim Botânico, junto ao Paço de Madeira no Alto da Ajuda [[16]](#footnote-16). Na génese da iniciativa encontram-se envolvidos o matemático veneziano Miguel Franzini [[17]](#footnote-17) e o naturalista paduano Domingos Vandelli [[18]](#footnote-18).

No início da década seguinte, em Dezembro de 1770, é instituída a Junta de Previdência Literária [[19]](#footnote-19) com as funções de examinar as causas da decadência dos estudos superiores e apontar quais os cursos e os métodos que se deviam estabelecer para a sua reorganização. Do labor da Junta, presidida pelo próprio Pombal, resultaria a publicação de dois textos fundamentais para a materialização da reforma universitária, o *Compêndio histórico do estado da Universidade* (1770) e os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) [[20]](#footnote-20). A refundação da Universidade (expressão significativamente utilizada por Pombal) representou a consagração de uma nova cultura europeia em Portugal, cujos sinais mais visíveis foram a completa secularização do ensino ministrado, a revisão curricular ("o restabelecimento dos estudos") [[21]](#footnote-21) da Faculdade de Medicina e a criação de duas novas Faculdades Naturais, a de Matemática e a de Filosofia Natural. Seria, aliás, no âmbito da introdução dos estudos naturais que se fundariam dois estabelecimentos museológicos universitários, o Museu de História Natural e o Jardim Botânico.

Esta interessada e pragmática colaboração entre intelectuais ilustrados e poder político consegue aglutinar em torno de objectivos muito concretos duas linguagens em mútua complementaridade: a da estratégia política global, fundamentada na utilidade social dos novos conhecimentos, e a do discurso científico, interior à própria comunidade de sábios. Significa isto que, se por um lado os *Estatutos* decorriam da responsabilidade institucional de um aparelho estatal - a Junta de Previdência Literária - a legitimação científica avalizava-se na empenhada participação de profissionais de cada área do saber, influenciando as determinações de ordem normativa, conceptual, metodológica, e até bibliográfica. É possível entrever também aqui, uma vez mais, a decisiva intervenção de estrangeiros e de estrangeirados, marcando os rumos intelectuais da nossa República das Letras, na produção de correntes de opinião, na ideação de projectos, na aceitação social das ideias.

Sirva de exemplo o caso da Matemática, testemunhando um dos mais esclarecidos e influentes membros da Junta que durante a estruturação do novo Curso foram "conferidos" isto é, concertados, os interesses governamentais com os preceitos epistémicos dos matemáticos "Ciera [[22]](#footnote-22), Franzini, Daly [[23]](#footnote-23), professor de grego, que é bom matemático e Monteiro [[24]](#footnote-24), que foi jesuíta e já o tem preparado no conceito do marquês para ser despachado [lente da nova Faculdade]" [[25]](#footnote-25).

Na Faculdade de Medicina a autoria dos estatutos é unanimemente atribuída ao médico português, então residente em Paris, António Nunes Ribeiro Sanches [[26]](#footnote-26), e percebe-se porquê. Anos antes, em 1763, deixara expressas com inexcedível minúcia as ideias que sustentava a propósito do *Metodo para aprender e estudar a medicina, illustrado com os apontamentos para estabelecerse huma universidade real na qual deviam aprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e politico*. Muito embora Ribeiro Sanches fosse visivelmente defensor da subalternidade disciplinar dos estudos naturalistas face à medicina e encarasse, por isso, os museus de história natural e os jardins botânicos como estabelecimentos museológicos a integrar naquela faculdade (destinados exclusivamente à didáctica médica) [[27]](#footnote-27), certo é que o pragmatismo pombalino dele aproveitaria o essencial da doutrina, ou seja a imprescindibilidade da sua edificação com vista à utilização pelas três faculdades do Curso de Sciencias Naturaes e Philosophicas: "Já tratei em outro lugar do metodo de ensinar esta sciencia [a Medicina]: e que devia ser em hum collegio onde estivessem os estabelecimentos seguintes: (....) Hum Jardim de plantas com edificio para conservar a Historia Natural, e estufas para conservar as plantas estrangeiras" [[28]](#footnote-28).

Importa sublinhar neste texto, igualmente, uma ideia já então praticada noutros países europeus e que haveria de ser incorporada, sobremaneira no post-pombalismo, na estratégia governamental de articulação entre naturalismo económico, comércio ultramarino, conhecimento científico e equipamentos museológicos; referimo-nos às viagens *philosophicas* que Sanches coloca na esfera de responsabilização profissional dos médicos naturalistas[[29]](#footnote-29). Noutro passo da mesma obra, alicerçado nas experiências museológicas europeias de matriz enciclopedista e iluminista - "Em Londres por ordem do Estado se vé estabelecido o Gabinete que foi de Sir Hans-Sloane; em Paris aquelle do Jardim Real; em Copenhagen e nas mais cortes de Alemanha, sendo o principal o de S. Magestade Imperial, Francisco Primeiro" [[30]](#footnote-30) - Ribeiro Sanches revela um lúcido entendimento dos novos problemas colocados à instituição museal quer pelo acelerado avanço dos conhecimentos científicos, quer pela necessidade económico-social do seu ensino e difusão. De facto, se comparado com o ideário de outros modernos (Jacob de Castro Sarmento e Verney) - cuja principal contribuição fora a defesa do modelo institucional na criação de museus de história natural e de jardins botânicos devendo, sempre, a Coroa patrociná-los no âmbito do ensino universitário ou do academismo científico - o seu pensamento representa-se mais complexo e, por isso, mais marcante a sua influência no delinear do modelo museológico da segunda metade de setecentos.

Evidenciando uma clara percepção da mudança fundamental que, por aqueles anos, se assistia na história do *museu*, isto é, o conceito de iniciativa pública contraposto ao de coleccionismo privado, Ribeiro Sanches insiste no tradicional carácter educativo da instituição, só que alargado agora aos não especialistas. Mas a expressão pública da divulgação da ciência impunha, em coerência, a formação e o recrutamento de profissionais (os "mestres" e "guardas" no léxico do nosso autor) que pudessem assegurar a conservação, a investigação e a exibição dos espécimes: "A Historia natural comprehende o conhecimento, e o uso dos tres reynos chamados *Vegetal*, *Animal*, e *Mineral.* Nos reynos onde florescem as Sciencias, os seos Governos tem tomado a providencia de estabelecerem repositorios, ou armazens de particulas destes tres reynos da ditta Historia, com Mestres e Guardas para conservarem e mostrarem o que està confiado ao seu cuidado a todos aquelles que se querem instruir nesta sciencia. (....)" [[31]](#footnote-31).

É igualmente perceptível o seu entendimento das alterações de ordem epistemológica verificadas no estudo da Natureza (a aspiração à descrição e classificação das espécies dos três reinos, à luz de uma taxonomia racionalizadora e totalizante como a de Linneo) e das repercussões assim impostas ao discurso museológico, nomeadamente ao nível da sistematização das colecções e nos modos de apresentação (exibir exaustivamente os objectos da normalidade, racionalmente expostos, por oposição às raridades extravagantes da cultura da curiosidade)[[32]](#footnote-32).

Deixámos para o fim a referência obrigatória ao nome de Domingos Vandelli (1735-1816) cuja ligação, durante mais de quatro décadas, à fundação, instalação e direcção dos museus de história natural e jardins botânicos da Ajuda (1768-1810) e de Coimbra (1772-1791) faz dele, indiscutivelmente, o mais importante museólogo setecentista do nosso país. A ele se devem, por exemplo, a rede internacional de contactos científicos dos nossos museus públicos com personalidades e instituições museológicas de toda a Europa; a colaboração especializada com o coleccionismo privado obtendo, de alguns proprietários, a doação de gabinetes para incorporação nas colecções públicas; a autoria da parte dos *Estatutos* da faculdade de Filosofia Natural dedicada ao ensino da Química e da História Natural, incluindo a criação dos respectivos equipamentos museais; a formação académica, em Coimbra, e a preparação profissional, na Ajuda, dos naturalistas com missões ultramarinas; a autoria de compêndios universitários, de instruções aos viajantes naturalistas, e de dezenas de alvitres, memórias e relatórios, além de numerosa correspondência oficial, donde é possível extrair, se não um pensamento museológico teoricamente inovador, ao menos uma persistente reflexão, de carácter utilitarista, sobre os objectivos, as estratégias e as condicionantes da *praxis*, bem como propostas para a sua superação.

São relativamente obscuras as circunstâncias da contratação de Domingos Vandelli em 1764, aparentemente destinado à docência no Colégio dos Nobres mas, na realidade, sem exercício de funções oficiais até 1768, data em que aparece finalmente nomeado para dirigir as obras do Jardim Botânico da Ajuda. Essas circunstâncias deverão ser associadas às vicissitudes do projecto de introdução dos estudos científicos tanto no Colégio de Lisboa, como na Universidade. Quanto à instituição coimbrã, Carvalho e Melo, sabemo-lo bem, alimentava desde a expulsão dos jesuítas o intento de a reformar (ou refundar) profundamente. Isso mesmo o assume explicitamente em carta de 1761 dirigida ao padre e erudito italiano Jacopo Facciolati (1682-1769), professor de Lógica e reitor na Universidade de Pádua, pedindo-lhe um exemplar dos Estatutos daquela universidade, bem como sugestões para a reforma que tinha "in animo" para a de Coimbra: "(....) mi sarebbe poi a grado di avere (....) gli statuti della stessa Università, perchè ho in animo di riformare questa di Coimbra. S'Ella ha qualche cosa da suggerirmi a questo proposito attribuirò le di Lei insinuazioni a particolare favore e saprò valermene a tempo" [[33]](#footnote-33).

Decorreria ainda um longo interregno de onze anos até à promulgação dos *Estatutos* universitários, enquanto no horizonte imediato o esforço ministerial continuava a ser canalizado para a abertura do Colégio dos Nobres. Aqui, o principal problema continuava a ser o do recrutamento de docentes capazes de pôr em prática o ambicioso plano de estudos já impresso desde Março de 1761. No excelente estudo de Rómulo de Carvalho sobre os primeiros anos do Colégio, o autor acentua o moroso processo de negociações com os professores italianos - as aulas só viriam a abrir cinco anos depois - considerando que, em contrapartida, terá havido uma desordenada pressa na organização regulamentar e curricular de um sistema pedagógico que, pelas suas revolucionárias características, teria exigido uma preparação minuciosa, serena e demorada. Segundo o mesmo autor, explicar-se-á assim o total malogro do ensino das matérias científicas, Matemática e Física, transferidas em 1772 para as novas faculdades naturais [[34]](#footnote-34).

Entretanto, o nome de Domingos Vandelli aparece associado ao dos universitários indicados por Facciolati para a docência no Colégio dos Nobres, em razão da sua própria recusa em vir para Portugal onde lhe fora oferecida a direcção dos estudos. No entanto, não deixa de causar estranheza a contratação de um médico naturalista, especialista com provas dadas no campo da química e da história e do coleccionismo naturalistas [[35]](#footnote-35) - precisamente uma área que se sabia, desde 1761, não fazer parte da estrutura curricular do Colégio [[36]](#footnote-36); além do mais, a acreditar-se na afirmação do nosso cônsul em Génova, Nicolao Piaggio, o convite decorrera do empenhamento pessoal do Prefeito dos Estudos, Miguel Ciera, a pedido do Conde de Oeiras: "O Prezentador desta sará (....) o Dr. fisico Domingos Vandelli, que vem hai aos Pes de Vossa Ex.ª, em vigor das Ordens que da esse Dr. Miguel Cera [sic] por parte de Vossa Ex.ª lhe forão dadas, para ter á honra de se empregar por hum dos Professores nesse Real Collegio, à teor das Cartas do dito Dr. Cera, que me aprezentou. Como o referido D.r Vandelli à Lem de Ser Pessoa m.to Civil, filho do Celebre Fran.co Vandelli Professor na universidade de Padova, he m.to Erudito, e Capaz, estas suas prerogativas, me fez tomar à Confiança de suplicar à Vossa Ex.ª de lhe accordar á sua Alta Protecçaõ" [[37]](#footnote-37).

A intrigante contratação de um naturalista, no ano de 1764, deixa em aberto diversas interpretações sobre os verdadeiros desígnios governamentais. A documentação disponível conduz-nos em três direcções: face à dificuldade em contratar o número de docentes inicialmente pretendidos - sucedendo até o regresso de alguns deles a Itália desalentados com a demora na abertura das aulas - o ministro poderá ter instruído Ciera para apressar a contratação de professores com formação científica, independentemente da vocação específica para a docência desta ou daquela área disciplinar [[38]](#footnote-38). Dalla Bella, por exemplo, que viria a desempenhar papel de tanto relevo no ensino da física experimental [[39]](#footnote-39), só chegaria a Portugal em finais de 1766. De resto, sabemos que em Março desse mesmo ano, na abertura oficial do Colégio dos Nobres, o corpo docente se encontrava ainda muito incompleto [[40]](#footnote-40). Assim se explicaria o facto de Vandelli, já depois da abertura oficial das aulas, alimentar ainda a esperança de tornar-se docente do Colégio, tal como é referido em cartas que lhe são dirigidas de Itália.

A segunda hipótese prende-se com o papel que lhe estaria já nesta data destinado na introdução dos estudos de história natural em Coimbra. De facto, as alusões, na mesma correspondência, à iminente construção de um jardim botânico universitário e à sua designação para o dirigir permitem supor que, para o Conde Oeiras, seria uma questão de tempo a associação de Domingos Vandelli aos projectos pedagógicos e científicos para a Universidade de Coimbra. Por último, a previsão de uma viagem *philosophica* ao Brasil é uma possibilidade que o incentivo de Linneo torna verosímil, mas não podemos comprovar que alguma vez tivesse sido equacionada pela Coroa.[[41]](#footnote-41).

Qualquer que tenha sido a razão inicial que mais tenha pesado na vinda de Vandelli (e não se exclua a presença de mais de uma das apontadas, ou de todas elas, na decisão governamental) o que importa reter como historicamente relevante é facto de o país ter podido dispor de um naturalista-coleccionador-professor de reconhecido prestígio, no exacto momento em que a decisão política foi accionada, primeiro na Ajuda, depois em Coimbra.

A ligação orgânica do Museu de História Natural e do Jardim Botânico de Coimbra à instituição universitária constitui o seu traço mais distintivo, quer se avaliem em relação comparativa com outros museus numa determinada época, ou se estabeleça a narrativa do seu evoluir histórico [[42]](#footnote-42). Esta especificidade académica ditou fragilidades quotidianas [[43]](#footnote-43), mas salvaguardou tradições seculares: o actual Museu de História Natural (diviso nas suas secções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia, e antropologia) [[44]](#footnote-44) encontra-se longe de cumprir as funções exigidas a um estabelecimento museológico moderno, mas é o herdeiro de uma historicidade impossível de encontrar em qualquer outro actual museu português; o Jardim Botânico não se distingue pela particular profusão ou variedade da sua flora, mas é indiscutivelmente um Jardim de referência (marca que consolidou na segunda metade do século XIX, com Júlio Augusto Henriques) e tem hoje lugar entre os mais conceituados pela comunidade científica internacional [[45]](#footnote-45).

A história destes estabelecimentos científicos universitários encontra-se, no essencial, delineada. O abundante acervo documental divulgado e utilizado pela história do ensino e pela história das ciências nos textos que, desde os inícios do século XIX, se têm interessado pela reforma pombalina dos estudos científicos universitários [[46]](#footnote-46), deixando pouco espaço a uma interpretação global inédita consente, contudo, um enfoque especialmente interessado na matéria museológica presente na sua génese, mormente a que se relaciona com as colecções fundadoras do Museu. Logo após a morte política de Pombal, o Reformador-Reitor D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho julgou oportuno redigir uma *Relação geral do estado da Universidade (1777)* que fosse a um tempo a justificação doutrinária da própria reforma universitária junto dos novos senhores da governação, um balanço da obra feita a partir das determinações estatutárias de 1772 e, ao mesmo tempo - no pressuposto da irreversibilidade do projecto reformista - um elenco de medidas a tomar para a sua consolidação [[47]](#footnote-47). Neste texto, o braço direito de Pombal na Universidade deixa esclarecidos em definitivo o como e o porquê da construção dos estabelecimentos museológicos da Faculdade de Filosofia Natural, retomando quer a fundamentação epistemológica quer a funcionalidade didáctica expressas nos *Estatutos* [[48]](#footnote-48): "(....) Como as liçoens das cadeiras da *Historia Natural*, (....)não se podiam utilmente fazer sem *Demonstraçoens* oculares, e praticas; para que nada faltasse, que pudesse concorrer para o bom ensino destas Sciencias: Ordenou Sua Magestade, que na Universidade se fundassem os Estabelecimentos seguintes: Primeiro: Hum *Gabinete de Historia Natural*, para nelle se recolherem os productos naturaes dos *Tres Reynos, Animal, Vegetal, e Mineral*, que por qualquer via adquirisse a Universidade (....); Segundo: Hum *Jardim Botanico* para a cultura das plantas uteis ás Artes em geral, e em particular à medicina (....). Por ser manifesto, que nenhuma couza pode contribuir mais para o adiantamento da Historia natural, do que a vista continua dos objectos, que ella comprehende, a qual produz ideias cheias de mais força e verdade, do que todas as descripçoens as mais exactas, e as figuras as mais perfeitas " [[49]](#footnote-49).

Pela leitura desta *Relação* bem como dos *Estatutos* se conclui que o experimentalismo e o utilitarismo são visivelmente os temas organizadores do discurso pedagógico moderno presente na Reforma; as novas gerações de mestres e de alunos, moldados pela gramática iluminista dos saberes, frequentaram os novos espaços museológicos animados pelo espírito criador e entusiasta de pioneiros, tal como se pode deparar em tantos testemunhos coevos [[50]](#footnote-50). O tom exultante com que o Reitor garante ao Marquês de Pombal os primeiros resultados práticos do Curso de Philosophia ilustra bem essa concepção utilitária das ciências naturais visando o seu aproveitamento económico de acordo com o reformismo do Estado.[[51]](#footnote-51).

Os Mestres (Domingos Vandelli, sobretudo, e Dalla Bella [[52]](#footnote-52)) traçam os projectos para o Jardim Botânico e asseguram as primeiras plantações; acompanham o risco do Museu [[53]](#footnote-53), disponibilizam as primeiras colecções e acolhem outras, fazem o seu inventário, classificam as produções naturais e artificiais e exibem-nas metodicamente; envolvem os alunos mais dotados nas demonstrações e incentivam-nos à viagem *philosophica* e à recolha naturalista de produtos musealizáveis [[54]](#footnote-54). Em conjunto recriam uma atmosfera, porventura irrepetível na história da Universidade, de imaginação e de exaltação criativa, em que os conhecimentos são directamente associados à produção de riqueza nacional (a "felicidade dos povos", da retórica das Luzes). Os próprios exames públicos, atraindo pela novidade professores e alunos de outras faculdades (mesmo das chamadas positivas: Teologia, Cânones e Leis), são momentos de excepcional oportunidade para a propaganda da utilidade dos novos conhecimentos: "(....) Na Historia Natural se tem igualm.te feito bons Exames e nelles são perguntados os Examinandos pello resultado das Observaçoens q. forão mandados fazer pello seu Mestre nos Montes visinhos desta Cidade (....) com grande satisfação de todos. Por efeito destas Observaçõens na parte do Monte Rois, (....) se descobrio huma Mina de Sal q. serve excelentem.te p.ª Purgantes; e q. fez desterrar do uso do Hospital os q. se usavao p.ª o d.o fim, q. vinhão de fora, e se vendião por gr.e preço (....)" [[55]](#footnote-55).

Este envolvimento activo dos alunos na aprendizagem, incentivado como princípio metodológico decorrente do experimentalismo dos saberes, surge também em coerência com a concepção museológica definida nos *Estatutos* e glosada na *Relação* reitoral: pela primeira vez na história da Museologia em Portugal (em forma de letra e com força de lei) um Museu é apresentado como "tesouro público": "O (....) Gabinete devia ser considerado como o thezouro publico da Historia Natural, pondo-se sempre todo o cuidado no seu augmento, e riqueza para melhor servir á instrucção da mocidade que de todas as partes destes reynos e Senhorios concorre á Universidade" [[56]](#footnote-56).

É certo que a função didáctica destes estabelecimentos anexos à Faculdade determinaram uma utilização prevalentemente estudantil, mas sabemos também que adquiriram rapidamente um carácter patrimonial e turístico que os abriram à curiosidade de eruditos, gente de luzes e viajantes estrangeiros; e até, em dias festivos (bem entrado o séc. XIX), peregrinação obrigatória das populações da região envolvente. D. Francisco de Lemos regista mesmo o efeito de atracção que a exibição da primeira colecção provoca no público, antes ainda de terminado o edifício ("o Theatro da Natureza") preparado para a abrigar [[57]](#footnote-57): "O D.or Vandelli deixou arrumada no Theatro interino a Colecção dos factos da Historia Natural de que fez prezente a V. Ex.ª e já move a curiozidade das gentes a vista della" [[58]](#footnote-58).

A tradicional visita à Universidade pelos viajantes estrangeiros passa, doravante, a incluir como roteiro obrigatório os novos estabelecimentos científicos e museológicos pombalinos (Observatório Astronómico, Gabinete de Física Experimental, Laboratório de Química, Museu de História Natural e Jardim Botânico). Estes testemunhos, dispersos em inúmeros livros de viagem ao longo dos séculos XVIII e XIX, além de constituírem uma preciosa fonte documental (em grande parte inédita) são, em si mesmos, prova evidente do alargamento dos interesses culturais do viajante europeu. O *Grand Tour* ilustrado, habitualmente reservado aos bens histórico-artísticos, passa a contemplar igualmente os espaços científicos [[59]](#footnote-59). A Universidade abrir-se-á a este modelo público e valorizará o seu novel património cultural e científico permitindo e incentivando a visita do estrangeiro; em muitas descrições se percebe que é o próprio corpo docente [[60]](#footnote-60), mas também o aluno orgulhoso da sua Universidade, que conduz o visitante aos museus servindo-lhe de guia [[61]](#footnote-61), na linha aliás do que o Reitor preconizara, no arranque da Reforma, com o assentimento de Pombal: "(....) [o Museu de História Natural] ficará muito curioso e digno assim do estudo da Natureza como da vista dos Estrangeiros" [[62]](#footnote-62).

Durante o curto período pombalino, pelo menos dois viajantes estrangeiros deixaram descrito o efeito que lhes causara o percurso dos museus universitários. O primeiro testemunho deve-se ao clérigo andaluz Rafael Rodríguez Mohedano, viajando em Portugal a convite do irmão de congregação, D. frei Manuel do Cenáculo, e que surpreende a Universidade reformada em plena azáfama construtiva: "El edificio de la Universidad es muy bueno. (....) Me visito el nuevo Rector y Reformador (....) y los mas de los Profesores. Los de Mathematicas, Phisica Experimental, Historia Natural y Liturgia son muy buenos. Algunos de ellos estrangeros. Tienen una buena coleccíon de machinas phisico-mathematicas y se va formando un gran Museo de Historia Natural. Se trabaja ya en el Theatro Anatomico, Observatorio e Laboratorio chimico y Dispensatorio pharmaceutico. Se prepara lugar para el Hospital y el Jardin botanico" [[63]](#footnote-63).

O segundo testemunho é de 1774 e é seu autor o militar inglês William Dalrymple que não deixa de sublinhar o facto de o arquitecto responsável pelas obras da Universidade ser um compatriota, o Tenente-Coronel do Corpo de Infantaria (com o exercício de engenheiro) Guilherme Elsden, que estaria a produzir obra de superior bom gosto. Considera, todavia, excessivos os gastos com a construção de edifícios públicos, num país tão pouco dado a satisfazer o conforto mais essencial: “There is a museum and observatory building here, under the inspection of Lieutenant Colonel Elsden, an English gentleman, who is second in command in the corps of engineers: these works were going on with great spirit, and with superior taste: to this gentleman I was extremely obliged for his politeness and attention. Expensive public buildings, which should only arise from the superabundant wealth of an affluent state, seem to be much the passion in this country, when things more solid and essential to its welfare, are not thought of” [[64]](#footnote-64).

1. Cfr. Adalgisa Lugli, *Museologia*, Milão, Editoriale Jaca Book ,1996, p. 95. [↑](#footnote-ref-1)
2. Cfr. J. S. da Silva Dias, "Portugal e a cultura europeia (séc.s XVI a XVIII)", *Biblos*, vol. XXVIII, 1952, p. 320, e Rogério Fernandes, *O pensamento pedagógico em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. [↑](#footnote-ref-2)
3. Em nosso entender apenas estes dois últimos estabelecimentos (Gabinete de História Natural e Jardim Botânico) assumem, nesta época, um carácter verdadeiramente museológico, ainda que comungando naturalmente de comuns princípios científicos com as outras instituições. [↑](#footnote-ref-3)
4. A colecção do doutor Hans Sloane (1660-1753) era composta, à data da sua morte, por 79 575 peças. Nesse mesmo ano, o Parlamento britânico aceitou adquirir a colecção e a biblioteca, respondendo assim positivamente ao apelo de Sloane que pretendia legá-las "à nação, para manifestar a glória de Deus, a refutação do ateísmo e das suas consequências, o uso e progressos da Medicina, e o benefício da humanidade". Seis anos depois, abria ao público o British Museum que incorporava esta grande colecção. A importância da colecção de H. Sloane, sublinhada por Jacob de Castro Sarmento, pode também ser medida pelas personalidades que a visitaram: B. Franklin (1725), Voltaire (1727), C. Lineu (1736), Haendel (1740). (Cfr. Roland Schaer, Paris, Gallimard/Réunion des Musées nationaux, pp. 35-37). [↑](#footnote-ref-4)
5. Jacob de Castro Sarmento, *Materia medica. Physico-historico-mechanica. Reino mineral*, Londres, 1737, pp. 45-46; 148. [↑](#footnote-ref-5)
6. Poucos anos após o texto de Sarmento, um moderno como o 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), invocava alguns gabinetes de raridades e o seu próprio "Museo" para comprovar as propriedades de incombustão do amianto e de outros materiais. "(....) Naõ só esta especie de Alumen plumen, como chamaõ os Boticarios, se conservaõ em muitos gabinetes de raridades, mas nas do meu Museo tenho papel pardo, e hum pào ligeiro que naõ podem queimarse (....)", *Henriqueida*, 1741, Nota 502, p. 92 das Notas. [↑](#footnote-ref-6)
7. Pde. João de Loureiro, "Memoria sobre huma especie de petrificação animal", in *Memorias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1799, t. II, pp. 47-48. [↑](#footnote-ref-7)
8. Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra encontra-se arquivado o Projecto de Sarmento, contendo uma Planta de Jardim Botânico com uma "Bibliotheca Botanica", (provavelmente inspirada no jardim londrino de Chelsea) desenhada pelo Arquitecto E. Oakley. (Ms. 3180, Planta n.º 30 ). Domingos Vandelli menciona o Projecto, em 1771, no Catálogo do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, o *Hortus Olisiponensis Exhibens Plantas Exoticas Horti Regii Specimenque Historie Naturalis Lusitanie Cum Novis Generibus et Specibus*, BNP (Biblioteca Nacional de Portugal) Cod. 3750: "Jacobus a Castro Sarmento Conibricensi Universitati illud proposuit eiusque ichonographiam typis commisit". [↑](#footnote-ref-8)
9. Cfr. H. Amorim Ferreira, *Relações científicas entre Portugal e a Grã-Bretanha*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1943, p. 13-14; e J. S. da Silva Dias, *ob. cit.*, p. 326-327. [↑](#footnote-ref-9)
10. Cfr. J. S. da Silva Dias, *ob. cit.*, pp. 386 e ss. [↑](#footnote-ref-10)
11. Luís António Verney, *Verdadeiro metodo de estudar para ser util à republica, e à igreja*,Valença, Na Oficina de Antonio Balle, 1746, t. I, p. 388; t. II, pp. 279-280. [↑](#footnote-ref-11)
12. Cfr. J. S. da Silva Dias, *Portugal e a cultura europeia*,1952, p. 461. [↑](#footnote-ref-12)
13. Cfr. J. S. da Silva Dias, "Pombalismo e teoria política", in *Cultura. História e Filosofia*, vol. I, 1982, pp. 45 e sgs; e "Cultura e obstáculo epistemológico. Do Renascimento ao Iluminismo em Portugal", in *A abertura do mundo. Estudos de história dos descobrimentos  portugueses*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 41 e sgs. [↑](#footnote-ref-13)
14. Os Estatutos do Colégio dos Nobres foram publicados em 7 de Março de 1761 e incluíam disciplinas como a Física Experimental e a Astronomia. Em 10 de Novembro de 1772 foi nele abolido o ensino das disciplinas científicas que já não se praticam e com as quais se acabou de vez; todo o material didáctico foi transportado para Coimbra a fim de, com ele, se organizar o Gabinete de Física Experimental (Cfr. Rómulo de Carvalho, *História da fundação do Colégio Real dos Nobres* *(1761-1722)*, Coimbra, Atlântida, 1959). [↑](#footnote-ref-14)
15. Veja-se, por exemplo, uma boa síntese e uma lista dos 'insegnanti italiani in Potogallo sulla fine del sec. XVIII', em Pierandrea Saccardo, "Della parte ch'ebbe la scienza italiana nella riforma dell'istruzione superiore del Portogallo nel Settecento", in *Atti e Memorie da Real Accademia di Scienze, Lettere et Arti in Padova*, Pádua, vol. XVII, 1900-1901, pp. 35-47. [↑](#footnote-ref-15)
16. "Ao notável arquitecto e cenógrafo italiano [de Bolonha] João Carlos Bibiena (fal. 1760), em Portugal desde o ano de 1753 ao serviço do rei D. José, se deve a planta e o risco do novo Paço da Ajuda, assim como da Capela real, "tudo abarracado" como informa o cronista e pintor Cirilo Wolkmar Machado. (....) A "Real Barraca", ricamente decorada com tapeçarias e pinturas, com os seus jardins e capela, um museu e uma biblioteca, foi teatro de festivos ou trágicos acontecimentos durante quatro décadas, até que numa noite de Inverno de 1794 um pavoroso incêndio a transformou num monte de escombros" (Ayres de Carvalho, *Palácio da Ajuda*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973. Vide, igualmente, do mesmo autor, *Os três arquitectos da Ajuda. Do 'Rocaille' ao 'Neoclássico'*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979, pp. 13-35. [↑](#footnote-ref-16)
17. Michele Franzini, natural de Veneza, veio para Portugal ensinar no Colégio dos Nobres. Professor da Faculdade de Matemática, desde 1772. Foi, juntamente com frei Manuel do Cenáculo, perceptor do príncipe D. José, filho primogénito de D. Maria I. Morreu em Lisboa, em 1810. [↑](#footnote-ref-17)
18. Domenico Agostino Vandelli (Pádua, 1735 - Lisboa, 1816). [↑](#footnote-ref-18)
19. A Junta de Previdência Literária funcionava sob a inspecção do cardeal da Cunha e do marquês de Pombal. Cfr. Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciências,1898, t. III, pp. 396-397. [↑](#footnote-ref-19)
20. Os *Estatutos* eram compostos de três volumes. O primeiro, de 374 páginas, dedicado à Faculdade de Teologia; o segundo com 584 páginas, diz respeito aos estudos juridicos, Cânones e Leis; e o último abarca, em 339 páginas, um total de três faculdades: Medicina, Matemática e Filosofia Natural (o Curso das Sciencias Naturaes e Philosophicas). [↑](#footnote-ref-20)
21. Expressão utilizada por Pombal em carta de Dezembro de 1773, para Coimbra, in AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra), *Jardim Botânico. Docs. Avulsos. 3.ª Secção. Plantas e Desenhos*, transc. por Lígia Cruz, *Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra*, Sep. do Arquivo da Universidade de Coimbra. 1976, p. 81. As cotas do AUC utilizadas pela autora foram entretanto alteradas. [↑](#footnote-ref-21)
22. Michele Antonio Ciera, natural de Pádua, foi encarregado de uma demarcação dos limites nas possessões portuguesas da América meridional; veio, em seguida, ocupar o lugar de prefeito de estudos no Colégio dos Nobres. Professor na faculdade de Matemática, desde 1772. Morreu em 1782. [↑](#footnote-ref-22)
23. Miguel Daly, irlandês, professor de Língua Grega no Colégio dos Nobres. [↑](#footnote-ref-23)
24. José Monteiro da Rocha, professor e director da Faculdade de Matemática e do Observatório Astronómico. Vice-reitor da Universidade, a partir de 1786. [↑](#footnote-ref-24)
25. Frei Manuel do Cenáculo, *Noticias secretissimas da Junta reformadora da Universidade*, 1869. Noutro passo dirá ainda que: "(....) quanto às Matemáticas, mandou o Marquês ao dr. Ciera, Prefeito do Colégio dos Nobres, que lhe mandasse apontamentos e instrucções, que mandou" (J. P. Ferreira, *Enxertos do 'Diário' de D. Frei Manuel do Cenáculo*, 1982, p. 25). [↑](#footnote-ref-25)
26. Acusado pela Inquisição de práticas judaizantes, Ribeiro Sanches (1699 -1782) saiu de Portugal em 1726 e, apesar de ter sempre mantido intensos contactos pessoais e epistolares com vários portugueses, nunca mais voltaria à pátria. Apadrinhado por Boerhaave, de quem fora discípulo na Holanda, exerceu medicina na Rússia, ao serviço do exército e da coroa. Ali permaneceu entre 1731 e 1747, adquirindo imenso prestígio científico. Depois daquela data, passou a residir em Paris. A autoria dos estatutos da Faculdade de Medicina, ou pelo menos o cunho das suas ideias, é-lhe atribuída por vários autores como, por exemplo, Simão José da Luz Soriano, *Revelações da minha vida e memorias de alguns factos, e homens meus contemporâneos*, 1860. [↑](#footnote-ref-26)
27. Esta foi uma linha dominante no pensamento científico europeu, desde o séc. XVI. Cfr. Antonello La Vergata, "La storia naturale e le classificazioni", in *Storia della scienza moderna e contemporanea. Dalla rivoluzione scientifica all'età dei lumi*, Turim, UTET, 1988, p. 781. [↑](#footnote-ref-27)
28. A. N. Ribeiro Sanches, *Metodo para aprender e estudar a medicina, illustrado com os apontamentos para estabelecerse huma universidade real na qual deviam aprender-se as sciencias humanas de que necessita o estado civil e politico*, Paris, 1763, s/e. pp. 139-140. [↑](#footnote-ref-28)
29. *Idem, ibidem*. [↑](#footnote-ref-29)
30. *Idem*, pp. 97-98. [↑](#footnote-ref-30)
31. António Nunes Ribeiro Sanches, *ob. cit.*, pp. 97-98. [↑](#footnote-ref-31)
32. *Idem, ibidem* [↑](#footnote-ref-32)
33. *Carta do Conde Oeiras a Jacopo Facciolati (12 de Março de 1761)*, Biblioteca do Seminário de Pádua, Manuscrito 244, cit. in Rómulo de Carvalho, *História da fundação do colégio real dos nobres de Lisboa (1761-1772)*, p. 58. [↑](#footnote-ref-33)
34. Cfr. Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 59-60. [↑](#footnote-ref-34)
35. Sobre a actividade de naturalista em Itália e lista de obras impressas e inéditas até 1764, veja-se Marco Meriggi, "Domenico Vandelli. Vita ed opere", in *Domenico Vandelli. Saggio d' istoria naturale del Lago di Como, della Valsasina e altri luoghi lombardi (1763)*, Milão, Jaca Book, 1989, pp. 13-56; e a correspondência trocada com Carl Linneo in Domingos Vandelli, *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen et Epistolae ab Eruditis Viris Carolo A. Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli*, Coimbra, Typographia Academica Regia, 1788. [↑](#footnote-ref-35)
36. Cfr. Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, p. 81, que apresenta um elucidativo quadro comparativo entre os diferentes planos de ensino propostos por Ribeiro Sanches e o plano consignado nos Estatutos do Colégio. [↑](#footnote-ref-36)
37. *Carta de Nicolao Piaggio para o Conde de Oeiras (Génova, 16 de Maio de 1764)*, ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, Caixa 66, Maço 77, 1.º Macete; N. Piaggio era cônsul geral de Portugal na República de Génova, desde 1 de Março de 1753 (Cfr. ANTT, *Chancelaria de D. José*. L.º 65, p. 115). [↑](#footnote-ref-37)
38. Rómulo de Carvalho, *A História Natural em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, ICALP, 1987, p. 48, chega mesmo a supor que inicialmente se terá admitido a inclusão das disciplinas de História Natural e de Química no Colégio. [↑](#footnote-ref-38)
39. Giannantonio Dalla Bella (1730-1823), natural de Pádua, professor de Física Experimental na Universidade de Pádua; entre 1766 e 1772, professor no Colégio dos Nobres; depois desta data e até 1790, na Universidade de Coimbra; fundador dos gabinetes de Física de ambas as instituições portuguesas. [↑](#footnote-ref-39)
40. Cfr. Rómulo de Carvalho, *História da fundação do colégio real dos nobres*, p. 128. [↑](#footnote-ref-40)
41. "(....) Oxalá possas ir ao Brasil, terra onde nunca ninguém andou, excepto Marcgrave (....) mas num tempo em que não estava acessa nenhuma luz de História Natural: agora tudo deve ser de novo descrito à luz. Tu estás apto para isso, és solidíssimo nas coisas da Natureza, infatigável na inquirição, habilíssimo nos belos desenhos. Porventura em Portugal ninguém reconhece que o fim da obra da Criação é para a Glória de Deus; nós verdadeiramente reconhecemos ter Deus Todo Poderoso escrito dois livros, Natureza e Revelação" (Carta VIII de Linneo, Upsala, 12 de Fevereiro de 1765, in Domingos Vandelli, *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen et Epistolae ab Eruditis Viris Carolo A. Linné, Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli*, 1788, pp. 80-81). Vandelli durante a sua longa permanência entre nós nunca se deslocaria à América portuguesa, constituindo essa, porventura, a sua maior frustação profissional: "Desejava eu não estar tão cançado, nem tão debilitado na minha saude, para podêr ir descobrir ao novo mundo as immensas riquezas que ignorâmos, e que são invejadas pelos estrangeiros" ("Cartas ao Marquês de Angeja e ao Visconde de Vila Nova de Cerveira (3 de Novembro de 1777)", *Jornal de Coimbra*, vol. XIII, Parte I, pp. 47-50*,* 1818. [↑](#footnote-ref-41)
42. "O anacronismo e pobreza dos museus de história natural em Portugal marcam de forma particularmente eloquente o nosso atraso, o nosso alheamento do movimento cultural europeu. Aqueles museus que sobreviveram como fantasmas do século transacto deveram-no, sobretudo, à sua inclusão e dependência, a todos os níveis, da Universidade" (Germano F. Sacarrão, *Pedagogia da evolução e museus de história natural*, *Prelo*, n.º 16, Julho/Setembro 1987, p. 17). [↑](#footnote-ref-42)
43. O carácter *universitário* dos museus de história natural (de Lisboa e Coimbra) tem sido criticado por alguns autores, nomeadamente pelo geólogo suiço Paul Choffat (1849-1919) quando se referiu à incorporação das colecções da Academia Real das Ciências (provenientes da Ajuda) na Escola Politécnica de Lisboa, em 1858. ("Biographie de géologues portugais", *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*, t. XI, 1915-1916, pp. 126. [↑](#footnote-ref-43)
44. Para uma visão de conjunto da história do Museu, consulte-se M. Portugal Ferreira, "O museu de história natural da universidade de Coimbra (gabinete ou secção de mineralogia) desda a reforma pombalina (1772) até à república (1910)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do congresso 'história da universidade'*, vol. 2, Coimbra, 1991, pp. 69-85 e M. L. Rodrigues Areias, M. A. Tavares da Rocha, e M. Arminda Miranda, "O museu e laboratório antropológico da universidade de Coimbra", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do congresso 'história da universidade'*, vol. 2, Coimbra, 1991, pp. 87-105. A referência fundamental para os primeiros cem anos de vida do Museu continua a ser Joaquim Augusto Simões de Carvalho, *Memoria historica da Faculdade de Philosophia,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 207- 231. [↑](#footnote-ref-44)
45. A história do primeiro século de existência do Jardim é sintetizada no clássico estudo do seu Director, Júlio Augusto Henriques, "O jardim botânico da universidade de Coimbra", *O Instituto*, vol. XXIII, 2ª série, Julho/Dezembro 1876, pp. 14-22; 55-64; 107-113. Este Jardim é incluído numa lista dos mais importantes em todo o mundo elencada por Juan Armada e Santiago Castroviejo, *Real Jardín Botánico de Madrid*, Madrid, Editorial El Avapiés, 1994. A sua importância actual, em termos científicos, deve-se em grande parte à fortíssima tradição de escola taxonómica, conhecimento disciplinar que a Botânica contemporânea tem vindo a redescobrir e a revalorizar. Um dos seus mais prestigiados botânicos assegura, pois, que: "(....) é altamente conceituado a nível mundial, emparceirando cientificamente com os de Kew, Berlim e Copenhague, não só pelos seus magníficos herbários e colecções de plantas vivas (é um dos Jardins Botânicos do mundo a que foi dada a responsabilidade de cultivar um 'fóssil vivo' encontrado nas florestas da China), mas também pelo seu eficaz, rápido e correcto serviço de permuta de sementes, além da colaboração prestada noutras áreas" (Jorge Paiva, *Jardins Botânicos. Sua origem e importância*, Coimbra, Sep. de *Munda*, 1981, pp. 8-9). [↑](#footnote-ref-45)
46. Para uma introdução à bibliografia da história da reforma pombalina e suas repercussões até ao liberalismo, vide João Carlos Brigola, *Ciência e Política. Do Pombalismo ao Liberalismo. Francisco Simões Margiochi*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da U.N.L., (Policopiada), 1990, pp. 107-225, 308-331; e *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. (Congresso História da Universidade)*, Coimbra, 1991, 5 vols. [↑](#footnote-ref-46)
47. O manuscrito da *Relação...* foi descoberto em 1894 e entregue a Teófilo Braga que o publicou, no ano seguinte, na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, com uma nota explicativa. Tinha como complemento um volume intitulado *Riscos das obras da Universidade de Coimbra. Estabelecimentos fundados na Universidade de Coimbra por Ordem de S. Mag. e que Deos tem, para as observações, experiencias, e demonstrações das Sciencias Naturaes, e para a Tipographia Academica; restabelecimento do Collegio das Artes; e concertos, reparos, e communicação interior dos Paços Reaes das Escolas*, publicado em 1983 por Matilde Sousa Franco, *'Riscos das obras da Universidade de Coimbra'. O valioso álbum da reforma pombalina*, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, p. 8). [↑](#footnote-ref-47)
48. "Sendo manifesto, que nenhuma cousa póde contribuir mais para o adiantamento da Historia Natural, do que a vista contínua dos objectos, que ella comprehende (....) He necessario para fixar dignamente o Estudo da Natureza no centro da Universidade que se faça huma Collecção dos Productos, que pertencem aos tres Reinos da mesma Natureza." (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, Livro III, Tít. VI, Cap. I, p. 388). [↑](#footnote-ref-48)
49. D. Francisco de Lemos, "Relação geral do estado da Universidade de Coimbra (1777)", in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa (Classe de Sciencias Moraes, Politicas, e Bellas-Lettras)*, t. VII, Parte I, 1895, pp. 56-57; 74. [↑](#footnote-ref-49)
50. Sirva de testemunho, pela sua exemplaridade, a carta de D. Vandelli dirigida seguramente ao M. de Pombal, e que contém em anexo a lição inaugural da Cadeira de 'Chimica': "(....) ritrovai i Scolari com la mia tardanza timorosi di non poter finire il corso d'Istoria Naturale, tra i quali alcuni vi sono molto appassionati per tal Scienza, e già com le loro utili scoperte dimostrano il genio, ed abilità; (....) faccio ogni giorno tre Lezioni, del qual travaglio sono assai contento, vedendo il loro progresso" (*Carta de Domingos Vandelli ao Marquês de Pombal (17 de Maio de 1774)*, AHU, Reino, transcrita por Lígia Cruz, *ob. cit.*, 1976, p. 71) [↑](#footnote-ref-50)
51. *Carta de D. Francisco de Lemos ao Marquês de Pombal (2 de Agosto de 1773)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 519, Cx. 645 "Negócios diversos". Vandelli tinha sido despachado "Lente da Cadeira de Historia Natural, e Chimica" a 11 de Setembro de 1772 e recebera o grau de Doutor a 9 de Outubro do mesmo ano (Cfr. M. Lopes de Ameida, *Documentos da reforma pombalina*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937, pp. 10 e 20). [↑](#footnote-ref-51)
52. Vandelli e Dalla Bella, com a colaboração do jardineiro-botânico Júio Mattiazzi, e com o desenho de G. Elsden, elaboraram os projectos iniciais do Jardim Botânico (recusados pelo Marquês). Vide “Carta de Pombal ao Reitor, 12 de Fevereiro de 1773", in M. L. de Almeida,  *ob. cit.*, p. 69); "Através da documentação existente [Arquivo da Universidade de Coimbra, *Jardim Botânico* ] pode verificar-se quanto foi notória a sua acção [de Vandelli] nos primeiros anos do Jardim, e, não só na cultura das plantas, como nas obras, superintendeu directamente, bem como no encanamento da água, pois todos os recibos nos aparecem firmados pelo seu punho, e, nas suas ausências na corte, por Dalla Bella (Lígia Cruz, *Domingos Vandelli - alguns aspectos da sua actividade em Coimbra*, 1976, p. 26).

 [↑](#footnote-ref-52)
53. "No Arquivo do Instituto Botânico guardam-se dois projectos - um com o plano do Jardim, outro com o das estufas, respectivos alçados, etc. - que julgamos terem sido traçados sob a direcção dos mestres italianos, e que provocaram a reprovação irónica de Pombal. O actual traçado, que ocupa praticamente a área que lhe era destinada naquele plano, revela ainda, a despeito das alterações, influências dele. Infelizmente o projecto das estufas, etc, verdadeiramente sumptuosas pelas dimensões, profusão de estátuas, ornamentos, etc. não teve realização. A ter-se concretizado, teria sem dúvida constituído a mais notável das edificações pombalinas da Universidade. Oxalá que os referidos projectos venham a ser algum dia estudados, como merecem, e publicados." (Lígia Cruz, *ob. cit.*, 1976, p. 27). Cfr. BDBUC (Biblioteca do Departamento de Botânica da Fac. de Ciências e Tecnologia da Univ. de Coimbra), *Risco do Jardim Bottanico da Universidade de Coimbra (séc. XVIII)*; *Risco das Estufas do Real Jardim Bottanico da Universidade de Coimbra (séc. XVIII)*. [↑](#footnote-ref-53)
54. Em carta-relatório de Vandelli para Pombal (datada provavelmente de 1775 já que se refere ao regresso de Mattiazzi a Lisboa) dá conta de viagens realizadas nas férias do Natal à Serra do Bussaco por dois alunos. AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), Reino, transcrita pela Biblioteca de Botânica da FCT da U. de Coimbra). [↑](#footnote-ref-54)
55. *Carta de D. Francisco de Lemos ao Marquês de Pombal (10 de Junho de 1774)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 519, Cx. 645. [↑](#footnote-ref-55)
56. D. Francisco de Lemos, “Relação geral do estado da Universidade de Coimbra (1777)”, 1895, p. 57. [↑](#footnote-ref-56)
57. O arquitecto inglês Guilherme Elsden, responsável pela construção do Museu e do J. Botânico, enviava relatórios periódicos e pormenorizados a Pombal. *Continuação do Jornal das Obras Publicas da Universidade de Coimbra: desde o dia 25 de Julho do presente anno de 1773 (27 de Setembro de 1773)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 519, Cx. 645 "Universidade de Coimbra"). [↑](#footnote-ref-57)
58. *Carta de D. Francisco de Lemos ao Marquês de Pombal (10 de Junho de 1774)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 519, Cx. 645. Para local do "Theatro interino" foi escolhido o Colégio das Artes. [↑](#footnote-ref-58)
59. "Les voyageurs du 'Grand Tour' disposaient de guides de voyage qui leurs apprenaient ce qu'il convenait de voir dans les pays à visiter. (....) certains guides insistent particulièrement sur l'authenticité des renseignements qu'ils fournissent (....). Ce souci de l'exactitude est accompagné d'un intérêt croissant porté à l'histoire naturelle et aux phénomènes physiques" (Lorelai Kury, "Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)", *Revue d'Histoire des Sciences*, t. 51, 1998, p. 66). [↑](#footnote-ref-59)
60. "En Coimbra no pude decir a V. E., en particular el favor, los agasajos y cortesanias que recebi y experimentè de aquellos Senores Professores y Doctores(...) me acompanaron en gran numero á que viesse al Gavinete, e Laboratorio, Observatorio, Bibliotheca, Huerto Botanico (...)" (*Carta de Francisco Perez Bayer a Frei Manuel do Cenáculo (10 de Julho de 1783)*, BPE (Biblioteca Pública de Évora), CXXVII/1-9, Carta 1775). [↑](#footnote-ref-60)
61. “After a few minutes, he consigned me to the care of two young gentlemen, students of the university, who very politely showed me several of the most striking curiosities of the Museum” (James Murphy, *Travels in Portugal (....)in the years 1789 and 1790. Consisting of observations on the  manners, customs, trade, public buildings, arts, antiquities, etc, of that Kingdom*,Londres, A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795, p. 25). [↑](#footnote-ref-61)
62. *Carta de D. Francisco de Lemos ao Marquês de Pombal (2 de Novembro de 1772)*, ANTT, Ministério do Reino, *Colecção Geral das Ordens e Providências para a Nova Fundação da Universidade*, vol. 436 (Microfilme 1720). [↑](#footnote-ref-62)
63. "Carta a Fernando José de Velasco" in Marie-Hélène Piwnik, "Quatre religieux espagnoles au Portugal", *Bulletin des Etudes Portugaises et Bresiliennes*, Nouvelle Série, t. 39-40, Institut Français de Lisbonne, 1978-1979, pp. 25-84. Mohedano era Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco, na Andaluzia, e autor de obras históricas. [↑](#footnote-ref-63)
64. *Travels through Spain and Portugal in 1774*, Londres, J. Almon, 1777, p. 131. [↑](#footnote-ref-64)